

William Gardiner, Inglês de Bristol: Heresia, Transgressão e Martírio na Capela Real do Paço da Ribeira em 1552

Ana Isabel Buescu
(NOVA FCSH/CHAM)

1. Avis-Habsburgo: um Casamento Duplo

A 1 de Dezembro de 1542, no paço dos Estaus, o mais imponente edifício público de Lisboa antes da construção do Hospital Real de Todos os Santos, (Marques 102) e onde ficavam alojados os embaixadores e outros visitantes ilustres, tinha lugar um duplo acto de grande importância para a monarquia portuguesa: assinavam-se as capitulações para um duplo enlace entre os filhos dos reis de Portugal e de Espanha, D. João III e D. Catarina, Carlos V e Isabel de Portugal – o da infanta D. Maria (n. 1527) com Filipe das Astúrias (n. 1527), e o do príncipe herdeiro D. João (n. 1537) com a infanta Joana de Áustria (n. 1535), a realizar “quando ambos forem de idade que por direito se requer”. (*As Gavetas* 22-8) Mas já antes esta decisão tomara forma, quer em Portugal quer em Espanha. Nas suas instruções ao filho Filipe, datadas de 5 de Novembro de 1539, Carlos V, viúvo havia poucos meses escrevia, numa decisão que além de política, tinha também em conta o sentimento e a vontade da sua amada Isabel: “E quanto à infanta dona Joana nossa filha segunda, a nossa inclinação foi sempre, e ainda o é, casá-la em Portugal com o Príncipe [D. João], se Deus permitir que eles cheguem à idade para o tratar e efectuar (...)”. (*Corpus Documental* 39)

A 21 de Janeiro de 1540, momento que marca o início explícito – mas ainda secreto, manobrado entre D. Catarina e o embaixador, segundo Queirós Veloso – das negociações matrimoniais, o embaixador de Carlos V em Lisboa escrevia a Francisco de los Cobos, conselheiro do imperador, que o príncipe português era “una cosa muy flaquita y muy dolentico”. Nessa mesma carta, Sarmiento sublinhava que na própria corte portuguesa se considerava como possibilidade muito próxima D. Maria vir a herdar o trono do seu pai, dada a frágil compleição do príncipe, o que teria por consequência que Portugal “se junte com esses reynos”. (Veloso 6-8)¹

Mas o caminho determinado e seguido por D. João III não foi o de atender às reservas de muitos dos seus conselheiros, com destaque para o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal – que o rei fizera actuar como seu procurador – buscando outras alianças. Sob este ponto de vista, o monarca português, tão cuidadoso e dissimulado em certas matérias, foi politicamente pouco clarividente. Na verdade, este duplo e delicadíssimo enlace ibérico deixava a coroa portuguesa virtualmente sem alternativas se lhe faltasse um herdeiro natural – recordemos que no momento da assinatura do duplo contrato nupcial, quer a infanta D. Maria quer o príncipe D. João, já jurado herdeiro nas cortes de Almeirim em 1544, eram os únicos sobreviventes dos nove filhos havidos do casamento de D. João III e de D. Catarina. (Buescu, *D. João III* 192-206)

Em 1548, tendo já D. João completado os onze anos de idade, determinou o rei “mudar-lhe o serviço de mulheres (que ainda então tinha) em oficiais que o servissem”. (Andrada 987-988) Mas só no início do Verão de 1551, quando cumpriu os catorze anos de idade, o príncipe passou a dormir em “sua casa, porque, até este tempo, dormiu em casa da Rainha, à ilharga da cama de Suas Altezas”. (Carneiro 418; Andrada 1102) Sendo D. João “o único herdeiro destes reinos, de quem pendia a sucessão e conservação deles”, e estando já em idade “suficiente para dar herdeiros a estes reinos”,

1. A carta, datada de 21 de Janeiro de 1540, é integralmente publicada por Deswarte-Rosa 1991, doc. 27, 293.

(Andrada 1147)² era altura de concretizar a aliança matrimonial tantos anos antes decidida. A noiva era ligeiramente mais velha do que D. João, pois nascera a 23 de Junho de 1535, em Madrid. Não por acaso, foi também nos finais de 1548, agora que se tornava mais próxima a concretização do enlace, que Carlos V ordenou a constituição oficial da casa de D. Joana. (Villacorta Baños-García 145-150)

Finalmente, domingo dia 11 de Janeiro de 1552 em cerimónia realizada no palácio dos marqueses de Alcanices em Toro, pouco depois de recebidos os poderes do príncipe D. João para Lourenço Pires de Távora receber a princesa em seu nome, teve lugar o casamento da infanta D. Joana e do herdeiro do trono de Portugal. Em Portugal, cerimónia idêntica ocorreu no dia 30 do mesmo mês, na cidade de Lisboa. Tudo parece ter decorrido com alguma discrição e comedimento; em mais um momento de aperto financeiro, guardavam-se as grandes festas para a recepção da princesa quando entrasse no reino, e depois em Lisboa.

Casados desde Janeiro de 1552, os preparativos da partida de D. Joana para Portugal intensificaram-se, pensando-se que pudesse ocorrer por volta do mês de Abril. Mas essa saída foi sendo sucessivamente adiada quer por Carlos V, quer por D. João III, numa altura em também que o rei de Portugal se encontrava de novo perante graves dificuldades financeiras – era essa, pelo menos, a interpretação do nuncio papal no reino, Pompeo Zambecari. (*La Correspondance* II doc. 316) Enquanto aguardava a chegada da princesa, em Agosto, D. João cumpriu mais uma etapa cerimonial e simbolicamente significativa da sua condição de herdeiro do trono: em grandiosas festas celebradas na “aprazível praia de douradas areias” de Xabregas, na presença dos reis seus pais, da infanta D. Maria, dos infantes seus tios e de uma corte expectante, o príncipe do Brasil foi solenemente armado cavaleiro. (Vasconcelos 372-397)

Finalmente, a 24 de Outubro de 1552 a princesa D. Joana partiu de Toro, e em Novembro era recebida na raia, com pompa e aparato,

2. V. Cópia de várias cartas do príncipe D. João a D. Joana entre 17 de Abril de 1549 e 30 de Abril de 1553. (BNP, cod. 1594, fols. 78v-81)

pelo duque de Aveiro, D. João de Lencastre³ e por D. João Soares, bispo de Coimbra,⁴ por ordem de D. João III, acompanhados de muitos outros senhores de título, com destaque para o duque de Bragança, D. Teodósio, que consigo levou grande acompanhamento de fidalgos.

2. 1552: Entrada de Juana de Áustria em Lisboa

A entrada da princesa D. Joana na capital do reino constituiu o mais magnífico conjunto de festas que se fizeram no reinado de D. João III, quer pelo fortíssimo efeito cenográfico que envolveram, quer pela dimensão dos meios financeiros, humanos e materiais que implicaram. Grandioso era o cenário do Tejo, cuja travessia constituiu ela própria um espectáculo composto por dezenas de batéis engalanados com músicos e cantores, encontrando-se o rio coalhado de monstros, cavalos-marinhos, grifos e figuras mitológicas, serpentes, leões e tigres; muitas destas embarcações e figuras eram iniciativa de corporações de ofícios que desta forma se associavam à entrada triunfal, que era em simultâneo um momento de celebração da própria monarquia, dos seus símbolos e das suas alianças. (Alves 76-84; Godinho 24-26; BA 50-V-19 fols. 84v-86v)

Durou várias horas a travessia; punha-se já o sol quando a princesa e o rei, que se lhe juntara no Barreiro, desembarcaram num cais preparado junto do paço da Ribeira, estando a varanda do terreiro armada de panos ricos e alguns de seda e brocado. Aí a esperavam a rainha D. Catarina, o príncipe D. João e os infantes, o cardeal D. Henrique, prelados, titulares e muitas damas, à luz de tochas acesas que alumiam aquele crepúsculo de Dezembro. Após os cumprimentos segundo uma ordem fixada que o cerimonial de corte exigia, (Godinho 44) todos se recolheram ao paço, onde na sala grande

3. Filho do recentemente falecido D. Jorge, mestre das ordens de Avis e Santiago, e, portanto, neto do rei D. João II por via bastarda.

4. Há uma interessante carta do poeta António Ribeiro Chiado descrevendo a faustosa entrada do bispo em Lisboa, a 18 de Outubro de 1552. (BNP, cod. 8571, fls. 21v-22v)

os príncipes se receberam por palavras de presente pelo cardeal D. Henrique. Era tarde e não houve serão, e a princesa pôde enfim descansar das fadigas da viagem; mas a cidade continuou em festa, enfeitada com arcos triunfais, lançando fogo-de-artifício, envolvendo-se em festividades, folias e jogos de rua para assinalar a chegada da princesa.

As cerimónias de recepção oficial na cidade de Lisboa iniciaram-se no dia seguinte com o tradicional cortejo régio, estando as portas da Ribeira engalanadas e com um arco de triunfo, de iniciativa municipal, ostentando as imagens do Anjo-Custódio, com as armas régias, à direita S. Vicente, à esquerda S. António e ao centro, um escudo com as armas da cidade. Depois da habitual “arenga” de boas-vindas e a recepção pela Câmara de Lisboa e o seu alcaide-mor, o cortejo régio, sob o pátio, encaminhou-se para receber a bênção religiosa na Sé, onde foi rezada missa, regressando depois ao paço da Ribeira. As festas de rua prolongaram-se por oito dias, incluindo pequenas encenações teatrais e quadros vivos por iniciativa de muitos ofícios que faziam a vida e o quotidiano da cidade, que assim rivalizaram entre si. (Alves 37-41, Meneses 16-20) Simbolicamente era todo o reino que mostrava e dava largas ao seu regozijo e alegria no momento em que casava o herdeiro do trono.

3. “Um homem que parecia de fora da terra”

Pouco tempo havia de durar, contudo, uma alegria que nunca deixara de ser acompanhada de fundo temor, dada a compleição física e a fragilidade de D. João. As próprias festas do casamento ficaram ensombradas por um insólito e chocante acontecimento, em que muitos, depois, quiseram ver uma premonição de futuras infelicidades, e a que vamos dar agora a nossa atenção.⁵

Encontrava-se reunida a corte, solenemente e com aparato, para assistir à missa dominical no paço da Ribeira, perante os reis, os príncipes, o cardeal infante D. Henrique, infantes D. Luís e D. Maria, o

5. Episódio também estudado por Fremann e Borges, 1996.

núncio papal Pompeo Zambecari,⁶ o arcebispo de Lisboa e capelão-mor do rei, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos e muita nobreza da corte. Ao contrário do que possa pensar-se, o paço encontrava-se guardado, é certo, mas não vedado, de acordo com o que é a nossa concepção securitária contemporânea, mesmo no que respeita os espaços mais relevantes, como era o caso da capela real.

Um testemunho bastante anterior, reinando D. Manuel, de um nobre flamengo que visitou Lisboa, dá precisamente conta desta relativa informalidade e circulação nos espaços palacianos. Em 1514 Jan Taccoen van Zillebeke, viajando em peregrinação à Terra Santa, permaneceu por nove dias em Lisboa, onde vivia um dos seus filhos: além de um olhar sobre várias realidades do quotidiano lisboeta, assinalando o seu carácter mais ou menos exótico aos seus olhos de homem do Norte, entrou no palácio da Ribeira, onde assistiu e descreveu a refeição do rei, esboçando mesmo um retrato físico de D. Manuel e da rainha D. Maria:

O rei, ao jantar e à ceia, senta-se à mesa com as portas da sua sala abertas. *Quem quiser pode vir vê-lo jantar e cear (...)*.⁷ O rei é um homem pequeno e magro, de quarenta e cinco anos e a rainha de quarenta.⁸ É uma bela mulher, mas tem o nariz muito pequeno. (Stols 129)

Muitas pessoas circulavam nas imediações, e entravam e saíam de dependências e espaços do palácio, misturando-se com servidores, senhores e criados, e, no caso presente, assistindo à missa. Na cerimónia litúrgica de 1552, há várias referências expressas ao “povo” presente, num espaço que era sempre hierarquicamente dividido – os reis, bem como infantes e infantas e outras figuras escolhidas, assistiam de uma janela ou cortina, num plano superior.

No momento culminante da eucaristia, “um homem que parecia de fora da terra”, assistia à celebração religiosa junto ao altar, do lado

6. Pompeo Zambecari, núncio permanente junto da corte portuguesa entre 1550 e 1533.

7. Sublinhado nosso.

8. Na realidade, D. Maria tinha então 32 anos de idade.

da Epístola, segundo esclarecimento perante o Ordinário de uma testemunha ocular, António Nogueira, tesoureiro da capela Real. De acordo com outra testemunha, Diogo Pinto, escudeiro-fidalgo do rei e porteiro da sua capela, que tinha por cargo “mandar arredar a gente que se achega ao altar”, viu o desconhecido no meio dos moços de capela, mandando que todos se retirassem dos degraus do altar.

Quando o sacerdote levantou a hóstia, o homem arrancou-lha das mãos, atirando-a ao chão e derramando o vinho ainda não consagrado, além de agredir com “punhadas” o próprio oficiante. Diogo Pinto afirmou ter arremetido contra o sacrílego, que ficou ferido num dedo. Foi imensa a comoção do rei e da corte perante aquele acto de heresia. O escandalizado núncio relatou circunstanciadamente o sucedido em carta enviada ao papa Júlio III, assegurando ao pontífice que era visível a mão de Satanás em tamanha transgressão.

Não eram raros, numa Europa marcada pelo confronto político-religioso, episódios de iconoclastia, como sucedeu, algumas décadas antes, em França, episódios que se multiplicariam durante as guerras de religião em França, em cantões da Suíça e nos Países-Baixos. No sínodo de 1528, em Paris, os bispos encontravam-se reunidos para condenar as heresias de Lutero, que se iam difundindo consideravelmente em França. Na esquina de uma das ruas da cidade, estava exposta uma estátua da Virgem com o Menino nos braços. Na noite de domingo, 31 de Maio, o rosto da Virgem foi desfigurado, os braços cortados, acusando-se de imediato os luteranos daquele grave insulto “à notre Seigneur et à sa Sainte Mère”.

A comoção foi grande. Francisco I ofereceu mil coroas para se descobrir os perpetradores de tal acto. Numa procissão solene, encabeçada pelo próprio monarca, uma nova imagem da Virgem, de prata e outros materiais preciosos, foi levada para a praça. O rei, altos funcionários e nobres da sua corte assistiram, levando na mão uma vela de cera. Cantou-se o *Ave Regina Coelorum*. O rei permaneceu de joelhos durante algum tempo, sendo ele depois quem colocou a nova imagem no sítio e deixando a vela a arder defronte. O papa Clemente VII enviou um Breve de congratulações ao rei: *Est ut ibi nobisque de tam orthodoxo rege gratulemur*. (Greswell 90-91)

4. O Processo de William Gardiner

Voltemos ao incidente ocorrido durante a missa dominical na capela real naquele ano de 1552. Na sequência do seu gesto sacrílego, de imediato o indivíduo foi agarrado e levado para fora da capela, mas D. João III não deixou que o matassem, como pretendiam, num ambiente de grande comoção e choro, muitos dos presentes, entre os quais o infante D. Luís e o duque de Bragança. (BA, cod. 50-VI-40, n.º 60, 398) Antes ordenou que fosse entregue aos corregedores e levado para a cadeia do Limoeiro – e não para os cárceres da Inquisição. Sabemos estes e outros pormenores através das três testemunhas do processo que lhe foi instaurado, publicado na íntegra por Isaías da Rosa Pereira, e do próprio testemunho de Gardiner nesse mesmo processo.⁹

Isaías da Rosa Pereira sublinha que, sendo os juízes que assinaram o processo ao mesmo tempo inquisidores, e o processo ter vindo a ficar misturado com processos da Inquisição, se originou o equívoco de que Gardiner teria sido condenado pela Inquisição, o que não é verdade, mas pelos juízes nomeados directamente pelo arcebispo de Lisboa, e portanto pelo seu Auditório Eclesiástico (diríamos hoje Tribunal Diocesano). (Pereira 597-598 e 601) “O processo foi, assim, da responsabilidade da justiça episcopal lisboeta”, (Braga 137) ficando patente a articulação entre a Inquisição e o poder episcopal, (Paiva 2011) cuja autoridade se consolidava na época. (Palomo 32-42)

No Limoeiro, os juízes nomeados pelo arcebispo de Lisboa e capelão-mor do rei, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (Buescu, “D. Fernando”) foram o bispo de Angra, Fr. Jorge de Santiago, D. João de Melo, bispo do Algarve, e o licenciado Pedro Álvares Paredes, inquisidor. Ouvidas as três testemunhas, que com maior ou menor pormenor relataram substancialmente o mesmo, os juízes sujeitaram o inglês a processo sumário, em que o réu foi

9. V. Pereira 1984, com a publicação de vários documentos de arquivo relativos a este caso, nomeadamente o processo guardado entre os da Inquisição. O desacato foi aludido no quadro de uma panorâmica sobre os conflitos na Capela Real por Curto 1993, 143-154.

interrogado em latim, já que não sabia português,¹⁰ tendo Gardiner afirmado aos juízes que estudara Artes e Teologia em Oxford na sua juventude. Esta afirmação, embora impossível de confirmar,¹¹ corresponderia à verdade, já que Gardiner mostrou compreender as interpelações dos juízes em latim, respondendo-lhes na mesma língua. Sigamos o processo nos seus principais passos.

Gardiner foi em primeiro lugar inquirido sobre a sua “gelosia” (genealogia), respondendo o acusado que “seu pai se chamava o seu próprio nome dele e sua mãe Isabela, e não lhe alembra os nomes de seus avós, que eram da cidade de Bristoia¹² do Reino de Inglaterra, que eram cristãos e baptizados”.

Estava em Lisboa havia cerca de três ou quatro meses, e à pergunta sobre onde vivia, respondeu que “pousava numa rua estreita que segundo o sinal parecia que era na Rua dos Fornos,¹³ em casa de uma flamenga que tem o marido cativo em terra de mouros, bombardeiro”. Sendo-lhe perguntado em que nau chegara a Lisboa, e o que aqui o trouxera, disse que chegara a bordo de uma nau chamada *Minhona*, carregada de panos. A mercadoria fora vendida no “Reino da Galiza” e em Lisboa e, enquanto os seus companheiros de viagem regressaram a Inglaterra, William Gardiner deixara-se ficar, de acordo com as suas próprias palavras, “nesta cidade para aprender a língua dela”. O interrogatório tomou então um novo rumo, sendo Gardiner inquirido sobre a sua crença de cristão baptizado e crente na doutrina da Santa Madre Igreja de Roma, ao que respondeu que sim, e “que mais queria morrer por a fé de Cristo que negá-lo”.

Mas quando lhe perguntaram se acreditava nas “opiniões de Lutero e seus sequazes”, se cria na verdadeira presença de Cristo na hóstia – um dos motivos teológicos centrais de divergência entre católicos e

10. O que contraria outras notícias, indirectas e mais tardias, de origem inglesa, que sustentam que Gardiner conhecia a língua portuguesa. Inclínamo-nos para o relato do processo a que Gardiner foi sujeito em Lisboa.

11. Como nos foi transmitido por Thomas Earle, professor na Universidade de Oxford, a quem agradecemos, que tentou, sem sucesso, encontrar evidência da passagem de Gardiner pela Universidade.

12. Bristol.

13. Talvez a Rua dos Fornos, na freguesia de S. Julião, como consta no *Summario*. (Oliveira 24) Existia ainda uma Travessa do Forno, na freguesia da Sé, (19) e duas Ruas do Forno em Santo Estêvão (33) e S. Bartolomeu, (42) mas inclinamo-nos para a primeira hipótese.

protestantes – não quis responder, dizendo que responderia no dia seguinte, por estar cansado e magoado das feridas. O interrogatório prosseguiu, detalhado e insistente no dia seguinte. Gardiner afirmou nunca ter adorado os santos nem crer no Purgatório, que não estava na Escritura Santa, e que o que fizera com a hóstia era porque não cria na presença do corpo natural de Jesus Cristo e “via o povo adorá-la como a Deus”, e que se o acreditasse não teria feito o que fizera. Disse ainda que considerava o seu acto como sendo serviço de Deus, e que cria “que havia diferença entre a sua fé e a nossa”.

Tornavam-se, corajosamente assumidas por Gardiner – que não podia ignorar o risco em que incorria –, gritantes as diferenças teológicas entre a sua crença e a ortodoxia dos seus inquisidores. À pergunta sobre se se arrependia, não quis responder. Omitimos outros pormenores para não alongar a exposição, mas todos eles convergiam num mesmo sentido.

5. Comoção e Desagravo

Em toda a diocese e fora dela se realizaram procissões de desagravo – o próprio rei ordenou uma solene procissão de preces e desagravo do Senhor no dia 13 de Dezembro, dia de Santa Luzia, ordenando que todas as confrarias do Santíssimo Sacramento viessem com as suas cruces e círios juntar-se a S. Domingos, de onde a procissão havia de partir. Nela participaram o próprio D. João III, D. Catarina, príncipes e infantes e toda a fidalguia, descalços e trajando luto. O cardeal D. Henrique transportou o Santíssimo Sacramento, e António Pinheiro, então cronista régio e que pregara, no ano anterior, na solene trasladação dos restos mortais de D. Manuel e de D. Maria para o Mosteiro dos Jerónimos, (Buescu, *D. João III* 258-260) encarregou-se da pregação de desagravo. (Braga 137)

Fontes coevas testemunham a profunda comoção causada em toda a corte, destacando a reacção do rei, de um rei que, como escrevia o nuncio Pompeo Zambeccari ao papa Júlio III, era habitualmente tão fleumático e lento em todas as suas acções, e que

agora não pudera, bem como a rainha D. Catarina, conter as lágrimas e a dor pelo acontecido com aquele “abominável herege”. (*La Correspondance* II, 726)

O banquete, o serão e o baile que haviam de seguir-se às cerimónias religiosas, estando toda a corte vestida de gala, foram suspensos pelo monarca, que se retirou para o seu oratório sem comer, (*La Correspondance*, doc. 320, de 30/12/1552, 725-732; Braga 136-138) em estado de profunda perturbação: “El Rei se encerrou de nojo, e tomou dó (...). E se recolheu chorando, não querendo que lhe falassem, nem entrasse pessoa alguma onde ele estava (...)”. (Meneses 21-21; *La Correspondance* II, 728; BA, 51-VI-40, fols. 397-399 e 401-403, e 51-II-26, n.º 13 f) Subsistem relatos do acontecimento inclusive em correspondência privada, como é o caso de uma carta de Jorge da Silva, filho do Regedor, a sua irmã, a condessa da Feira, relatando circunstanciadamente o sucedido no paço. (BA, 51-VI-40, n.º 13)

É ainda necessário sublinhar o impacto do incidente num outro plano, na medida em que ele ocorreu não só num momento de grande solenidade, como num espaço palatino específico: a capela real, cuja importância “na organização do cerimonial religioso da monarquia” era central, mas também enquanto “instituição de aparato, situada num centro político tal como a corte”. (Curto 143 e 146) Em todas as monarquias medievais e modernas os ofícios religiosos ocupavam um lugar de relevo na orgânica e funcionamento da casa real. As cerimónias religiosas quotidianas ou em momentos assinalados pelo calendário litúrgico baseavam-se em complexos cerimoniais, e numa estrutura hierárquica estritamente organizada. (Porto 27-107) Assim, a capela real, na sua estrutura, funcionamento, dimensão e aparato era, além da dimensão religiosa, também um instrumento do poder do monarca e da sua imagem de majestade, e portanto um espaço simbolicamente central da realeza.

6. Tormento e Morte de William Gardiner

Culminando o processo a que foi sujeito, Gardiner foi, como era expectável, considerado culpado de heresia. Posto a tormento no potro, acabou condenado como “manifesto herege, pertinaz, impenitente”, não sem que antes afirmasse ter sido sua intenção “amostrar a el-rei Nosso senhor e lhe declarar a fé que ele tinha e para isso escreveu uns papeis que lhe foram achados em latim”, que desapareceram. Foi relaxado ao braço secular, com a expressa recomendação de que não procedesse “contra ele à morte nem a efusão de sangue”.

Não foi, no entanto, o que aconteceu. Relaxado ao braço secular, Gardiner foi arrastado atado a uma mula até ao largo do pelourinho onde, perante a corte e uma multidão imensa e ululante, lhe cortaram as mãos, o apedrejaram e queimaram vivo. Registe-se, contudo, a existência de discrepâncias em vários dos relatos manuscritos deste episódio, relatando-se que Gardiner foi queimado vivo no Terreiro do Paço (BA, 50-VI-40, 399) ou no largo do pelourinho, (BA, 50-VI-40 n.º 61, 401-403) como efectivamente aconteceu.

7. O Protestantismo no Mundo Ibérico

O desacato na capela teve ainda consequências políticas e diplomáticas. D. João III escreveu ao seu embaixador em Roma, então D. Afonso de Lencastre,¹⁴ para que este desse oficialmente conta ao Papa Júlio III do sucedido, enviando-lhe para o efeito um memorial circunstanciado do acontecido na capela real. Para lá do genuíno impacto e choque sentidos pelo rei e corte, o caso seria aproveitado pelo monarca para, mais uma vez, argumentar que “nestes meus regnos em tal tempo e com taes acomtecimentos o santo officio da imquiçam [é] remedio verdadeiro das cousas d’esta calidade”. (CDP VII, 198)

14. D. Afonso de Lencastre (c.1505-Alcácer-Quibir, 1578), comendador-mor de Santiago, filho de D. Jorge († 1550), 2.º duque de Coimbra, e portanto neto de D. João II por via bastarda.

Se o desacato na capela real fora protagonizado por um protestante, a grande preocupação do monarca para a imperiosa necessidade do Santo Ofício para assegurar a unidade da fé no reino, como a própria missiva para o embaixador deixava claro, era a sempre candente questão dos cristãos-novos e a preocupação régia perante as movimentações dos seus agentes em Roma. Em todo o caso, o temor pela disseminação do protestantismo e a vigilância e repressão do luteranismo estavam também na ordem do dia quer em Portugal quer em Espanha onde, aliás, a década de cinquenta veio a revelar-se decisiva.

Num momento em que o Concílio de Trento, iniciado em 1545, traçava os novos caminhos de um catolicismo geograficamente amputado, em que os ventos da mais estrita ortodoxia faziam publicar, em 1559, o *Index Librorum Prohibitorum*, em Espanha ocorria nesse mesmo ano, em Valladolid, o primeiro auto-de-fé visando adeptos do luteranismo, que se ia difundindo em círculos laicos e eclesiásticos e ganhando visibilidade, inquietando as autoridades; (Álvarez e Medina 292-305) em Agosto, o arcebispo de Toledo, Bartolomé Carranza, que a rainha D. Catarina felicitara por carta, no ano anterior, pela sua eleição, era preso pela Inquisição. Este conjunto de acontecimentos evidenciava o clima espiritual e de endurecimento ideológico no mundo ibérico.

Bartolomé de Carranza (1503-1576), arcebispo de Toledo, cabeça da monarquia hispânica, fora um activo participante no Concílio de Trento, autor prestigiado de tratados teológicos de influxo tridentino acerca das virtudes e obrigações pastorais do bispo "ideal" preconizado por Trento. (Palomo 33) Muito estimado por Filipe II, integrara o selecto grupo de teólogos que o monarca levou consigo para Inglaterra quando casou com Maria Tudor. (Álvarez e Medina 302) Preso em 1559 por ordem do poderoso Inquisidor General Fernando de Valdès, fora denunciado por um grupo de luteranos de Valladolid. Acusado de proposições heréticas, o seu processo tornou-se um assunto de Estado para Filipe II e teve uma forte repercussão em todo o mundo católico. (Parker 129-134)¹⁵

15. Preso durante 9 anos nos cárceres da Inquisição, o Papa exigiu a sua ida para Roma, para ser julgado como bispo. A sentença final, decidida em 1579, foi leve, sendo libertado de pois de ter estado preso 17 anos. Morreu poucas semanas depois.

Os principais sacrificados dos autos-de-fé de Valladolid e Sevilha entre 1559 e 1562 foram protestantes e não judeus. Com estes autos-de-fé, visando estancar os focos de luteranismo na Península, “o protestantismo autóctone ficou praticamente extinto em Espanha”, e “grande parte dos que poderiam ter sido os reformadores espanhóis tinham emigrado para o estrangeiro”. (Kamen 99-100)

Em Portugal, em idêntico cenário de “confessionalização católica” e de afinamento dos mecanismos de controlo e de coerção dos poderes, (Palomo 17-55) esta situação e este alerta faziam-se também sentir, como poucos anos antes testemunhavam as denúncias na Inquisição, contra figuras de destaque na corte, como Damião de Góis, em 1545, o cronista e guarda-mor Fernão de Pina, em 1548, e os processos contra mestres do Colégio das Artes, como o escocês Jorge Buchanan e Diogo de Teive, em 1550. Neste contexto, o incidente na capela real em finais de 1552 ganhava uma outra expressão e significado.

Voltando ao memorial enviado por D. João III a Júlio III, o papa respondeu com um Breve de 1 de Abril de 1553, felicitando o rei pelo casamento do príncipe com a filha do imperador, e referindo o “horrrível e nefando caso, com o qual se espantou e ficou conternado”, (Pereira 604-605) mas congratulando-se pela piedade do rei e de todo o cristianíssimo reino, que haviam procurado reparar o sacrilégio cometido com orações e penitências. O monarca agradeceria vivamente o Breve ao pontífice, que o consolara da “gramde dor e sentimento que tive do caso que naquele tempo aconeteceo daquele abominavel ereje”. (CDP 220-221)

Desta forma soturna e triste acabavam as festas de casamento dos príncipes em Dezembro de 1552. Não faltou quem considerasse o que acontecera um presságio de futuras infelicidades, que pareceram concretizar-se a breve trecho. Na verdade, o herdeiro de Portugal, padecendo de diabetes juvenil, veio a morrer a 2 de Janeiro de 1554, com dezasseis anos de idade, poucos dias antes de a princesa dar à luz, em 20 de Janeiro, em ambiente de imensa consternação, tristeza e ansiedade o príncipe que nascia já herdeiro, a quem foi posto “nome Sebastião, tomado do dia em que nascera”. (Andrada 1192)

8. William Gardiner no *Book of Martyrs* de John Foxe

Voltando ao incidente protagonizado por Gardiner naquele domingo de 1552, de tal forma a comoção foi grande, num país profundamente crispado e temeroso pelo endurecimento ideológico, numa Europa religiosamente dividida e assolada pela intolerância, que a memória do acontecimento perdurou, bem como a memória individual de Gardiner, “do outro lado do espelho”. Na verdade, em 1563, pouco mais de dez anos passados sobre o sucedido, era dada à estampa uma das obras mais marcantes sobre os protestantes que haviam sucumbido pela violência em defesa da sua fé, o célebre *Book of Martyrs*¹⁶ (Fig.1). Nele surgia, também, a figura de Gardiner.

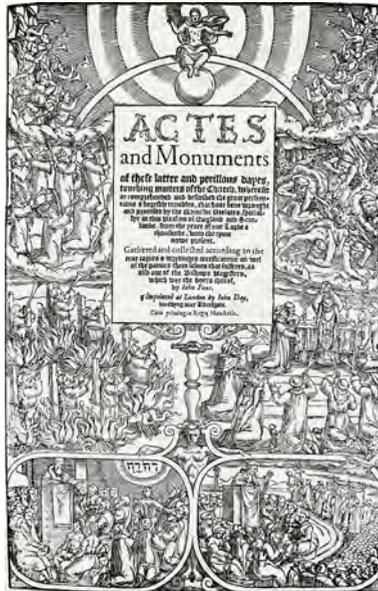


Fig.1 – Rosto da 1ª edição dos *Acts and Monuments* de John Foxe, 1563.

16. O título da obra de Foxe é *Actes and Monuments of these Latter and Perillous Days, Touching Matters of the Church*, mas passou à posteridade como *The Book of Martyrs*.

O seu autor era John Foxe (1516-1587), professor e pregador puritano.¹⁷ Fox começara a trabalhar na recolha de informações sobre o tema em 1545, quando abandonou as suas funções de lente no Magdalen College, em Oxford, devido às suas profundas e notórias convicções protestantes. Com a ascensão da católica Maria Tudor ao trono inglês em 1553, Foxe exilou-se na Europa e publicou em língua latina em 1554, em Estrasburgo, material sobretudo relativo às perseguições dos lolardos no século XV, em Basileia um apelo aos nobres ingleses contra a perseguição dos protestantes em Inglaterra, em 1557, enquanto continuava a recolher, de forma sistemática, informação sobre novos mártires do protestantismo, incluindo os muitos supliciados no reinado de Maria Tudor, publicando em 1559 uma obra que prefigurava a edição de 1563.¹⁸

Após a morte de Maria Tudor, em 1558, Foxe regressou a Inglaterra reinando Isabel I, restauradora da autoridade da Igreja Anglicana e da reforma protestante, continuando a preparar o seu *opus magnum* que dedicaria à rainha. Obra monumental, com cerca de 1800 páginas, impressa pelo mais prestigiado impressor inglês e fervoroso protestante, John Day, era um empreendimento sem precedentes e arriscado em termos financeiros. Embora com um foco particular na Inglaterra e na Escócia, Foxe procurou na sua ambiciosa obra reunir as vidas de todos os mártires do Cristianismo, desde os seus primórdios, incluindo os do proto-protestantismo – com destaque para John Wicliff e Jan Huss no século XIV, ou para o movimento dos lolardos – e protestantismo.

Foxe sustentava que a Igreja de Inglaterra, mais do que uma inovação ou uma ruptura, representava a genuína continuação da verdadeira e primitiva Igreja de Cristo, ao contrário da Igreja de Roma, que dela se afastara ao longo dos séculos. A obra de Foxe teve um grande impacto, a que não foi alheio o facto de ser escrita em inglês, bem como o de incluir as muitas gravuras ilustrando de forma gráfica a

-
17. V. The Editors of Encyclopaedia Britannica, actualizado por Kathleen Kuiper (senior editor) <https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2020.03.05) <https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2022.07.20) https://en.wikipedia.org/wiki/John_Foxe (consultado em 2022.07.20).
 18. "According to Carranza, royal officials imprisoned and burned more than 450 English heretics between February 1555 and November 1558, while at least 600 more fled abroad", (Parker 48) com a publicação de um gráfico sobre o número de execuções de protestantes na fogueira em Inglaterra neste período.

tortura e a morte dos defensores da “true faith”, alcançando quatro edições até 1583 e tendo sido sucessivamente aumentada. O *Book of Martyrs* foi determinante para a difusão, em Inglaterra, do conceito de mártir no campo protestante, e para o enraizamento do sentimento anti-católico na Inglaterra isabelina. O catolicismo perdia, com o *Book of Martyrs* de John Foxe, o “monopólio” do martírio.

Nesta obra, entre centenas de outras vidas daqueles que, desde Jesus Cristo, haviam sofrido a perseguição e o martírio na defesa da verdadeira fé, Foxe traça um breve esboço biográfico de Gardiner, da sua estada e da sua trágica morte em Lisboa. O conhecimento de Foxe acerca do suplício e morte de Gardiner em Lisboa, no final de 1552, com elementos suficientes para deles traçar uma breve narrativa no livro cuja redacção iniciara cerca de 10 anos antes, comprova, para além da incansável labuta na recolha de centenas e centenas de casos, uma notável e eficiente rede de recolha de testemunhos acerca dos mais recentes mártires do protestantismo um pouco por toda a Europa.

Naturalmente apologética, a narrativa (Foxe 185-186) diz-nos que Gardiner, oriundo de Bristol, recebera uma “tolerable education” – a que sabemos não faltou, no entanto, como vimos, a aprendizagem da língua latina –, sendo depois protegido por um conceituado mercador, de nome Paget, que o enviou, aos vinte e seis anos de idade, para Lisboa, como seu agente comercial. Aqui se familiarizou com a língua portuguesa, mantendo contactos em privado com “a few whom he knew to be zealous protestants”. Procurando manter-se discreto, evitando cautelosamente dar azo a algum reparo ou ofensa, Gardiner escusou-se sempre, no entanto, a frequentar celebrações religiosas em qualquer das muitas igrejas “papistas” da cidade.

A narrativa prossegue para o dia da celebração religiosa do casamento do príncipe herdeiro com a filha do imperador, que deve ser vista com precaução em termos factuais, uma vez que, em muitos aspectos, é já “para-martiriológica”. Segundo Foxe, Gardiner tinha plena e prévia consciência dos actos que ia praticar,¹⁹ preparando-se

19. “(...) he conceived, the rash design of making a reform in Portugal, or perishing in the attempt, and determined to sacrifice his prudence to his zeal, though upon the occasion he became a martyr.”

conscientiosamente para o sacrifício; abdicando de todos os assuntos mundanos e materiais da sua vida, pagou as suas dívidas, fechou os seus livros e desfez-se das suas mercadorias. No dia das cerimónias do casamento, entrando na capela do paço,²⁰ colocou-se junto ao altar, com o Novo Testamento nas mãos. No momento culminante da celebração – a Eucaristia – ou nas palavras de Foxe, “at that part of the ceremony when the people adore the wafer”, arrebatou a hóstia ao oficiante e calcou-a com os pés.

A sequência narrativa é muito próxima da que encontramos nas fontes portuguesas: a perturbação e o choque colectivos, alguém que com um punhal se aproximou de Gardiner e o feriu num ombro, a intervenção do rei que impediu o seu linchamento imediato. Há, contudo, elementos novos, como a alegada interpelação do rei a Gardiner, perguntando-lhe pelos seus cúmplices, ao que o inglês teria respondido ter agido sozinho, apenas guiado pela sua consciência, prossequindo: “I would not hazard what I have done for any man living; but I owe that and all other services to my Creator”.

Gardiner foi preso e, de acordo com o relato, foi também ordenada a prisão de todos os ingleses residentes na cidade de Lisboa, com destaque para um que vivia na mesma casa que Gardiner, considerado possível cúmplice, sendo todos sujeitos a tortura. Esta referência à prisão e tortura de todos os ingleses residentes em Lisboa, em si inverosímil – embora seja certo que alguns deles estiveram no ponto de mira das autoridades – procurava enfatizar e ampliar na narrativa de Foxe o alcance do trágico destino de Gardiner enquanto membro de uma crença perseguida pelos “papistas”.

Condenado à morte, o excruciante tormento de Gardiner é assim descrito: acesa uma gigantesca fogueira, junto da qual estava uma forca, o condenado foi içado por roldanas acima do fogo, “but not so close as to touch it; so that he was burnt or rather roasted by slow degrees” até à morte. Após o suplício e morte de Gardiner, todos os ingleses que haviam sido presos foram libertados, com excepção do

20. No texto fala-se na catedral, o que é inexacto, pois o casamento teve lugar no paço da Ribeira.

que coabitara com Gardiner, que só recuperou a liberdade dois anos mais tarde. O breve relato que culmina no seu suplício em Lisboa difere, pois, em alguns aspectos, das fontes portuguesas.²¹

9. Uma Memória que Perdurou

Num sentido naturalmente oposto o acontecimento de 1552 era evocado na corte portuguesa em 1571, quase vinte anos depois do acontecido. No vibrante apelo que fazia ao rei D. Sebastião para que engrandecesse, em termos arquitectónicos, a cidade de Lisboa, Francisco de Holanda – que terá assistido ao incidente da capela real – exortava o jovem monarca, já quase em exclusivo voltado para a sua “monomania” africana, a fazer edificar “naquele mesmo lugar e sala (...)” onde, aquando das festas de casamento dos príncipes seus pais “o santíssimo Sacramento foi tão mal tratado de um torpe e abominável hereje”, “uma sumptuosíssima Igreja ou Capela em glória e exaltação e memória do Santíssimo Sacramento”, que permanecesse para os monarcas vindouros como Capela dos Reis. (Holanda 35)

Tal não veio a acontecer, e o fim da dinastia de Avis estava em 1571 singularmente próximo. E, de certa forma, na memória daqueles cruciais e duros anos de 1552-1554, o episódio protagonizado por William Gardiner, inglês de Bristol, na capela real por ocasião das festas de casamento dos pais de D. Sebastião acabou por se cruzar, simbolicamente, com o destino da monarquia portuguesa.

21. Agradecemos a Thomas Earle, da Universidade de Oxford, a referência a esta obra, e o acesso ao passo respeitante a Gardiner.

Obras Citadas

- Alves, Ana Maria. *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, [s/d.]
- Andrada, Francisco de. *Crónica de D. João III*. Introdução e Revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1976.
- Bataillon, Marcel. *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- Braga, Paulo Drumond. *D. João III*. Lisboa: Hugin, 2002.
- Buescu, Ana Isabel. "Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos". *Dicionário dos Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Dir. João Luís Inglês Fontes; coord. António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2018. 575-584.
- . *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.
- Carneiro, Pero de Alcáçova. *Relações de (...) Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.
- Corpo Diplomático Portuguez contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo desde o século XVI até os nossos dias*. VII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874.
- Corpus Documental de Carlos V*. Edición crítica, prologada y anotada por Manuel Fernández Álvarez. II. Madrid: Espasa Calpe, 2003.
- Correspondance (La) des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*. Ed. Charles-Martial De Witte, 2 vols.. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1980.
- Curto, Diogo Ramada. "A Capela Real: um Espaço de Conflitos (Séculos XVI a XVIII)". *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, Séculos XVI-XVIII*. Porto, 1993. 143-154.
- Danvila y Burguero. Alfonso. *Don Cristobal de Moura, Primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1900.
- Deswarte-Rosa, Sylvie. "Espoirs et désespoir de l'infant D. Luís". *Mare Liberum*, 3, 1991. 243-298.

- Fernández Álvarez, Manuel e Ana Díaz Medina. *Historia de España*. Coord. Montenegro Duque, Ángel. Vol. 8 – *Los Austrias mayores y la culminación del Imperio (1516-1598)*. Madrid: Editorial Gredos, 1987.
- Foxe, John. *Book of Martyrs. A Complete and Authentic Account of the Lives, Sufferings, and Triumphant Deaths of the Primitive and Protestant Martyrs, in all Parts of the World*. Londres: William Tegg, 1863 (1ª ed. : 1563).
- Freeman, Thomas S. e Marcelo J. Borges. "A Grave and Heinous Incident Against our Holy Catholic Faith: Two Accounts of William Gardiner's Desecration of the Portuguese Royal Chapel in 1552". *Historical Research*, vol.69, nº 169. 1-17.
- As Gavetas da Torre do Tombo*. V. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.
- Godinho, André Filipe Claro. *A Invenção do Triunfo: Memória, Saberes e Sensibilidades nas Entradas Régias Portuguesas (Séculos XVI-XVII)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos (policopiada) apresentada à NOVA FCSH, 2020.
- Greswell, William. *A View of the Early Parisian Greek Press, Including the Lives of the Stephani; Notices of Other Contemporary Greek Printers of Paris; and Various Particulars of the Literary and Ecclesiastical History of their Times*. Oxford: Printed by S. Collingwood for D. A. Talboys, 1833.
- Holanda, Francisco de. *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- Kamen, Henry. *La Inquisición Española. Una Revisión Histórica*. 3ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 2011.
- Marques, A. H. de Oliveira. "Depois da Reconquista. A Cidade na Baixa Idade Média". *O Livro de Lisboa*. Dir. Irisalva Moita Lisboa: Livros Horizonte, 2004. 89-113.
- Meneses, Manuel de. *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, décimo sexto rey de Portugal (...)*. I – *Que contém os successos deste reyno, e conquistas em sua menoridade*. Lisboa: Officina Ferreiriana, 1730.
- Montenegro Duque, Ángel. *Los Austrias mayores y la culminación del Imperio (1516-1598)*. Madrid: Editorial Gredos, 1987.
- Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1987 (1ª ed.: 1551).

- Paiva, José Pedro. *Baluartes da Fé e da Disciplina. O Enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.
- Palomo, Federico. *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- Parker, Geoffrey. *Imprudent King. A New Life of Philip II*. New Haven/London: Yale University Press, 2015.
- Pereira, Isaías da Rosa. *O Desacato na Capela Real em 1552 e o Processo do Calvinista Inglês perante o Ordinário de Lisboa*. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, 29. Lisboa, 1984.
- Porto, Hugo Filipe Teles. *Os Cantores na Administração nos Reinados de D. Manuel e de D. João III*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos (policopiada) apresentada à NOVA FCSH, 2014.
- Stols, Eddy e Jorge Fonseca (coord.) *Lisboa em 1514. O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. *Cadernos de Cultura*, 8 [2ª série]. Lisboa: Húmus, 2014.
- Vasconcelos, Jorge Ferreira de. *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda, ao muito alto e muito poderoso Rei Dom Sebastião, primeiro deste nome em Portugal, nosso Senhor*. Ed. conforme a de 1567. Prefácio, actualização, transcrição do texto e notas de João Palma-Ferreira. Porto: Lello Editores, 1988.
- Veloso, José-Maria de Queiroz. *D. Sebastião. 1554-1578*. 2ª ed.. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- Villacorta Baños-García, Antonio. *La Jesuita. Juana de Austria*. Barcelona: Ariel, 2005.

Web

- John Foxe British clergyman written by: The Editors of Encyclopaedia Britannica, actualizado por Kathleen Kuiper (senior editor).
<https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2020.03.05).
<https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2022.07.20).
https://en.wikipedia.org/wiki/John_Foxe (consultado em 2022.07.20).